



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002246-95.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **DAVI DA SILVA BARBOSA**
 Requerido: **EDNAMAR PEDRO DE ARAÚJO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido uma bateria musical, dando-a de presente ao filho de sua namorada.

Alegou ainda que o infante não utilizaria o instrumento, permanecendo este trancado em banheiro da casa das rés.

Almeja à devolução da bateria.

As rés em contestação refutaram os fatos articulados pelo autor e deixaram claro que a bateria é relevante ao desenvolvimento cultural e psíquico da criança, considerando sua condição de artista.

A simples leitura do relato exordial já conduz à rejeição da postulação apresentada.

Isso porque o próprio autor reconheceu que deu de presente a bateria ao filho de sua namorada (note-se que ele não fez menção a empréstimo algum), circunstância que inviabiliza sua devolução como sói acontecer nessas situações.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

De outra parte, as alegações expendidas a fl. 26 não podem ser aceitas porque em completa dissonância com a explicação inicial.

Constituem verdadeira e indevida inovação aos fatos trazidos à colação, de sorte que deixam de ser inclusive analisadas.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, evidencia que o autor não faz jus à devolução pleiteada, ainda que o presente não fosse utilizado pelo seu destinatário (destaco, apenas por oportuno, que os documentos de fls. 20/21 evidenciam a importância do instrumento ao infante).

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**